

RUY FABIANO

Ponto de Vista

Prazo implacável

O presidente Itamar Franco está convencido: dispõe de apenas um mês e meio para aprovar projetos de interesse de seu governo no Congresso. Após o plebiscito, seja lá qual for seu resultado, estará deflagrada a campanha sucessória e a tendência dos candidatos — e de seus respectivos partidos aliados —, dentro da mais sólida tradição política brasileira, é de optar pelo discurso oposicionista.

Se agora, antes de iniciar esse processo, já é marcante o tom crítico ao Governo; imagine-se então como será depois. Com base nisso, o Presidente intensifica seus contatos políticos e busca aproveitar ao máximo o tempo. A votação, hoje, do IPMF, em segundo turno, no Senado, é um teste importante, decisivo mesmo.

O prestígio do Governo, após os recentes episódios que culminaram na demissão de Paulo Haddad no Ministério da Economia — e na nomeação de Eliseu Resende para sucedê-lo —, foi consideravelmente arranhado. Não ainda ao ponto, segundo avalia o ministro Henrique Hargreaves, de ameaçar sua sustentação parlamentar. De qualquer forma, o Presidente parece alerta para os estragos de seus últimos gestos voluntaristas na área política. E prometeu ao presidente do Senado, Humberto Lucena, não mais repeti-los. A partir de agora, segundo garantiu, fará consultas mais sistemáticas aos partidos e resgatará o sentido inicial que pretendeu dar ao tal condomínio da governabilidade.

Esse condomínio, como se recorda, instalou-se logo após a confirmação do impeachment e envolvia todos os partidos políticos, da direita à esquerda. Itamar prometia compartilhar as decisões de governo com o Congresso e estabelecer mecanismos sistemáticos de

consulta aos partidos. Jamais cumpriu esse compromisso. Ao contrário: mostrou-se, no relacionamento com os ministros, extremamente autoritário e centralista, ao ponto de proclamar-se, ele próprio — e tal como Collor —, o ministro da Economia. Claro que não é.

Por mais que a autoridade maior seja a do presidente — e no presidencialismo é mesmo —, isso não impede que a personalidade dos ministros se afirme e se exerça, nem os torna nulos ou sem iniciativa. Ainda que com autoridade derivada do presidente. O fato de haver um maestro na orquestra não elimina a individualidade dos músicos, o brilho e a responsabilidade de cada um. Itamar, dizem seus críticos no Congresso, sufoca, com seu personalismo, os seus ministros. E impede que as relações políticas na esfera do Congresso fluam naturalmente. Se o ministro não tem autoridade sequer para dizer que estuda medidas de estabilização da economia — como foi o caso de Haddad —, imagine-se para nomear auxiliares em instâncias decisivas como o Banco Central e Banco do Brasil. O Presidente está certo quando avalia que suas chances se reduzirão substancialmente no Congresso após o plebiscito. Superado esse episódio, o País mergulha em ritmo de revisão constitucional, que terá início a partir de 5 de outubro próximo.

A partir de então, o País estará nas mãos dos lobbies corporativistas e dos candidatos à sucessão de Itamar. Congresso e partidos estarão inteiramente voltados para si mesmos, envolvidos em reformas políticas que abrangem as legislações eleitoral e partidária, o financiamento de campanhas e, dependendo do resultado do plebiscito, a própria estrutura jurídico-institucional do País.